

Quinta-feira, 16 de Setembro de 2004 - Estrasburgo

Cimeira ASEM (Reunião Ásia - Europa)

Gomes (PSE). - (EN) Senhor Presidente, no final de 2002, desloquei-me à Birmânia e verifiquei que se vivia num Estado policial. As autoridades do país não cooperaram com os enviados especiais da ONU, e o último ataque a Aung San Su Kyi e à Liga Nacional para a Democracia (NDL) foi mais um revés. O mundo não poderá esquecer o resto do país, que sofre uma tremenda opressão. A discriminação contra os diversos grupos étnicos, a confiscação de propriedade e a existência de presos políticos, trabalhos forçados, violação com objectivos políticos e crianças-soldado estão bem documentados, assim como o incêndio de aldeias. Cinquenta por cento do orçamento nacional é destinado ao exército. Estas verbas provêm de empresas e investimento externos. A violenta ditadura militar está na origem dos problemas que afectam este país.

Nunca foram aplicadas com rigor sanções verdadeiramente penalizadoras. A Birmânia não cumpriu qualquer dos três critérios estabelecidos pela UE em Abril. Todos os membros da Comissão do Desenvolvimento que intervieram no debate estão convictos de que a UE não deveria participar na Cimeira da ASEM, em Hanoi, estando presente a Birmânia. Ao invés, a UE deveria aumentar e tornar mais rígidas as sanções contra os dirigentes do regime e impor sanções às empresas europeias que negociem com o mesmo e, especificamente, à empresa petrolífera francesa Total. A UE deveria exortar países como os EUA, a Austrália e o Japão a fazerem o mesmo. Os Estados-Membros da UE deveriam solicitar ao Conselho de Segurança das Nações Unidas a aplicação de sanções orientadas para o mercado contra o regime militar da Birmânia, uma vez que este viola, de forma sistemática, os direitos humanos, envia refugiados para países vizinhos e promove a produção de drogas e a criminalidade. Seria lamentável que na Cimeira da ASEM a UE permitisse que a questão da Birmânia fosse tratada como um assunto menor no quadro das suas relações gerais com a Ásia.